



Informações para o fim da violência contra as mulheres

A informação qualificada e a análise crítica e criteriosa são aliadas poderosas da ação sobre o mundo e, muito especialmente, da intervenção política que busca a mudança social.

O Boletim Dados e Análises pretende ser um instrumento de apoio para esta mudança, oferecendo periodicamente um panorama analítico da violência contra as mulheres em nosso Estado e das respostas que a ela vêm sendo dadas pelos governos e pela sociedade.

O lançamento dos Boletins articula-se à realização das Oficinas Debatendo a Violência e Construindo Direitos e dos Fóruns de Diálogo entre Sociedade e Governos, nos quais nossas análises são discutidas com representantes dos movimentos de mulheres, de outros movimentos sociais e de governos municipais e estadual. Com isso, pretendemos colaborar para a elaboração de propostas de enfrentamento da violência contra as mulheres em Pernambuco.

Em 2007, agregaremos mais uma ação a este conjunto: em novembro, realizaremos o Encontro Metropolitano sobre Violência contra as Mulheres, que pretende reunir mulheres integrantes de diferentes movimentos sociais para debater propostas de enfrentamento coletivo do problema na região.

Neste ano de Conferências de Políticas para Mulheres, aprofundar e ampliar o debate sobre estas questões é crucial tanto para a formulação, como para o monitoramento das propostas aprovadas neste processo.

Nesta edição:

- Análise da ocorrência de homicídios de mulheres em Pernambuco entre 2002 e 2005
- Síntese dos resultados da pesquisa *Identificando possibilidades e limites do trabalho em rede para a redução da violência contra a mulher: estudo sobre a rede de atendimento a mulheres em situação de violência em três capitais brasileiras: Recife, Porto Alegre e São Paulo.*

Boa leitura!



Caracterização dos Homicídios de Mulheres em Pernambuco, 2002-2005

Quem estranha a violência?

De muitas formas, a violência é uma marca na nossa formação histórica e social e o crescimento da taxa de homicídios sinaliza para a permissividade social com que a morte de homens e mulheres é tratada no estado.

Em contextos violentos, especialmente aqueles com presença de armas de fogo, as mulheres parecem se tornar mais vulneráveis a outras formas de violência e, simultaneamente, a violência doméstica tende a se tornar mais grave, com mais desfechos fatais.

Por essa razão, o contexto da violência contra as mulheres em Pernambuco, nos desafia duplamente.

Precisamos compreender e enfrentar a secular violência doméstica cometida por parceiros e ex-parceiros que perdura a despeito das denúncias do movimento de mulheres e das (poucas) iniciativas de políticas públicas.

Além disso, somos desafiadas a entender inúmeras outras situações nas quais as mulheres também são vítimas de violência: no espaço público, em áreas de grande circulação de armas de fogo, em situações de atuação de grupos criminosos ou de violência urbana propriamente dita. Precisamos compreender como estas diferentes formas de violência se articulam e se reforçam mutuamente, identificando quem são vítimas e agressores e as áreas e situações em que ocorrem com maior frequência e gravidade. Só assim seremos capazes de propor respostas políticas e sociais adequadas para enfrentar a complexidade do problema da violência contra as mulheres.

A taxa de homicídio é um indicador importante do grau de violência existente em uma determinada área, pelo fato de ser o mais grave crime contra a vida e porque, em geral, está associado a outros tipos de crime e violência. No Brasil, tem se tornado um indicador razoavelmente seguro e confiável, a partir do estabelecimento da Declaração de Óbito, de preenchimento obrigatório pelos serviços de saúde. Com isso, diferentemente dos casos de agressão, cuja notificação depende da denúncia da vítima, as taxas de homicídio estão muito próximas de expressar o que, de fato, acontece na realidade.

No Brasil, essas taxas são muito altas, especialmente quando se considera o grupo de homens de 15 a 24 anos, mas observa-se também variações importantes entre os estados. A **Tabela 1** traz os dez estados brasileiros que apresentam as maiores taxas, de acordo com o sexo da vítima:

Tabela 1: Taxas de Homicídios por 100 mil habitantes, 2003
10 estados com maiores taxas

Mulheres		Homens	
ES	8,6	PE	107,6
RO	7,2	RJ	102,1
MT	7,0	ES	92,3
RJ	6,8	RO	68,7
PE	6,5	AL	68,2
MS	5,9	SP	67,9
AM	5,6	DF	64,7
DF	5,4	AM	63,3
GO	5,4	MT	60,0
SP	5,2	MS	58,9

Fonte: Datasus/SIM, 2003

O que chama a atenção, em primeiro lugar, é a diferença entre as taxas para homens e mulheres, correspondendo estas a cerca de 10% daquelas. As altíssimas taxas para os homens brasileiros terminam por obscurecer o fato de que as taxas para as mulheres também são muito altas, quando comparadas a outros países. A taxa encontrada entre as mulheres do Espírito Santo, por exemplo, é semelhante à taxa de homicídios para a população dos Estados Unidos em 1995 (8,7), um país em que há liberdade para o uso de armas de fogo.

Também, verifica-se que é grande a diferença entre o primeiro e o último lugar, o que aponta para a necessidade de se identificar e compreender os contextos que as produzem. Pernambuco lidera as taxas masculinas e ocupa o 5º lugar no caso das mulheres.

Esta taxa de 6,5 homicídios para cada grupo de 100 mil mulheres correspondeu, em 2004, a um total de 276 mulheres assassinadas em Pernambuco. Há discrepância entre os números apresentados pelo Ministério da Saúde e aqueles divulgados pela Secretaria de Defesa Social. Para 2004, por exemplo, a Secretaria divulgou que foram cometidos 300 homicídios de mulheres no estado, 24 a mais do que o dado do Datasus.

Tabela 2: Distribuição dos homicídios por ano de ocorrência

Ano	n°	%	Total Casos	% Analisado
2002	116	13,3	274*	42,3
2003	114	13,0	274*	41,6
2004	320	36,7	300****	100***
2005	323	37,0	**	
Total	873	100,0		

*Dados oficiais do Datsus; **Ainda não divulgado; ***20 casos foram noticiados, mas não constavam da lista da SDS; ****Dados da SDS.

Gráfico 1: Homicídios por Região do Estado, 2002-2005

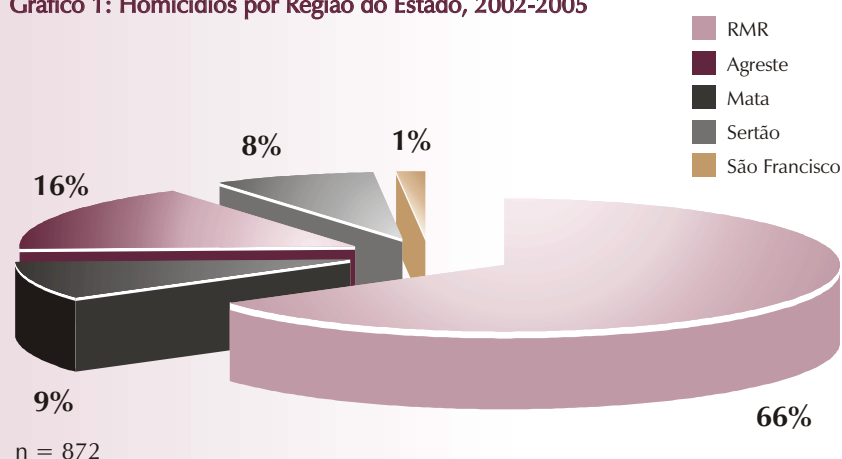


Tabela 3: Homicídios de acordo com municípios de maior ocorrência, 2002-2005 (n=872)

Região	Município	N°	%
RMR	Recife	266	30,43
RMR	Jaboatão dos Guararapes	117	13,39
RMR	Olinda	67	7,67
RMR	Paulista	40	4,58
Agreste	Caruaru	38	4,35
São Francisco	Petrolina	21	2,40
RMR	Cabo de Santo Agostinho	19	2,17
Mata	Vitória de Santo Antão	19	2,17
RMR	Igarassu	13	1,49
Agreste	Garanhuns	12	1,37
	Total	612	70,02

Universo da pesquisa

Na análise aqui apresentada, trabalhamos com um universo de 873 casos de homicídios de mulheres registrados em nosso banco de dados, no período de 2002 a 2005, cujas fontes foram as notícias veiculadas pelos três jornais diários e, para os anos de 2004 e 2005, as listas nominais oficiais da Secretaria de Defesa Social - SDS relativas às mortes não naturais ocorridas no estado.

Optamos pelo dado da SDS, em lugar do Datasus, porque nos oferece informações individualizadas sobre os casos. A **Tabela 2** mostra a distribuição dos casos que analisamos de acordo com o ano.

Cerca de 57% destes casos foram noticiados pela imprensa e, para eles, portanto, temos informações mais detalhadas. Para os demais, cuja fonte foram as listas oficiais da SDS, as informações limitam-se à data (dia da semana, mês e ano), município e região de ocorrência dos homicídios.

Onde a violência é mais grave?

A Região Metropolitana do Recife continua a concentrar dois terços dos homicídios de mulheres, como se pode ver no **Gráfico 1**:

Quando se observa a distribuição dos homicídios por município, mantém-se o padrão de concentração em poucas áreas: em dez municípios, seis dos quais pertencentes à RMR, ocorreram 70% de todos os homicídios do Estado nestes quatro anos (**Tabela 3**).

Isoladamente, Recife concentrou quase um terço de todos os homicídios mas quase 20% destes casos aconteceram em apenas seis bairros, como se vê na **Tabela 4** (página 4).

Nesse período, portanto, uma em cada cinco mulheres vítimas de homicídio residia em um destes bairros, o que chama a atenção para a ausência de segurança nestas áreas. Contrariamente ao que afirma o senso comum, não temos elementos para afirmar que a criminalidade é maior nestas localidades, mas podemos dizer que é aí que se concentram as vítimas. As desigualdades que marcam o nosso país se revelam de maneira muito clara nesta distribuição desigual e injusta do direito à vida e à segurança. Há bairros da RMR que não registraram casos de homicídio entre 2002-2005, o que evidencia que a proteção do Estado, assim como as demais políticas públicas, tem servido prioritariamente às áreas mais ricas da cidade.



Em 463 casos tínhamos informações a respeito do local do crime. Nesses casos, quase metade das mulheres (48,7% ou 223) foram mortas dentro de residências, suas ou de outras pessoas, mas, no período, observa-se uma redução dos homicídios cometidos neste tipo de espaço concomitante ao crescimento daqueles ocorridos em áreas públicas, como se vê no **Gráfico 2**. Chama a atenção especialmente o crescimento dos homicídios cometidos em via pública (ruas ou praças), que representaram 27,7% de todos os casos em 2002, passando para 39,6% em 2005 -- um crescimento de 42,7%.

Mais importante, quase um quarto dos homicídios aconteceram à luz do dia e 12,5% de todos os casos aconteceram à luz do dia e em áreas públicas, como se vê na **Tabela 5**:

Dos 92 casos ocorridos durante o dia, 30 aconteceram em Recife. O mesmo acontece com relação aos crimes cometidos no espaço público: Recife responde por 96 casos (de um total de 197 no estado). Dos 223 crimes cometidos dentro de residências, 73 (ou 33%) aconteceram em Recife.

Quando ocorre mais violência?

Com relação à época de ocorrência, os casos distribuem-se de forma relativamente homogênea entre os meses do ano, mas o mesmo não pode ser dito com relação ao dia da semana. Há uma clara concentração dos homicídios durante os finais de semana: 51,3% dos casos acontecem de sexta a domingo e 17,4% às segundas-feiras, o que tanto pode ser resultado do prolongamento do final de semana, quanto do fato de que alguns dos crimes ocorridos no final de semana são registrados apenas na segunda-feira.

Para 446 casos tínhamos informações sobre o sexo dos/as agressores/as: 95,3% eram homens. Em 11 casos (ou 2,5%) as mulheres cometeram os homicídios e em outros 10 (ou 2,2%) os crimes foram cometidos por grupos de agressores, formados por homens e mulheres. Em 12 dos 22 homicídios cometidos por mulheres, as vítimas tinham menos de 15 anos, sete das quais com até dois anos de idade. Em geral, essas mulheres eram as mães das vítimas.

A média de idade das vítimas foi de 28 anos, enquanto a dos agressores foi de 32 anos, mas como as idades variaram de menos de seis meses a 88 anos, essa medida nos diz pouco. A **Tabela 6** (página 5) traz a distribuição dos homicídios por

Tabela 4: Homicídios de acordo com os bairros de maior ocorrência, 2002-2005 (n=400)

Município	Bairro	Nº	%	Total no Município
Recife	Ibura	20	7,52	266
Jaboatão dos Guararapes	Prazeres	19	16,24	117
Recife	Nova Descoberta	14	5,26	266
Recife	Imbiribeira	12	4,51	266
Recife	Casa Amarela	10	3,76	266
Recife	Iputinga	10	3,76	266
Total		125	27,77	450

*Total de casos com informação sobre bairros de ocorrência.

Gráfico 2: Homicídio por local de ocorrência, 2002-2005

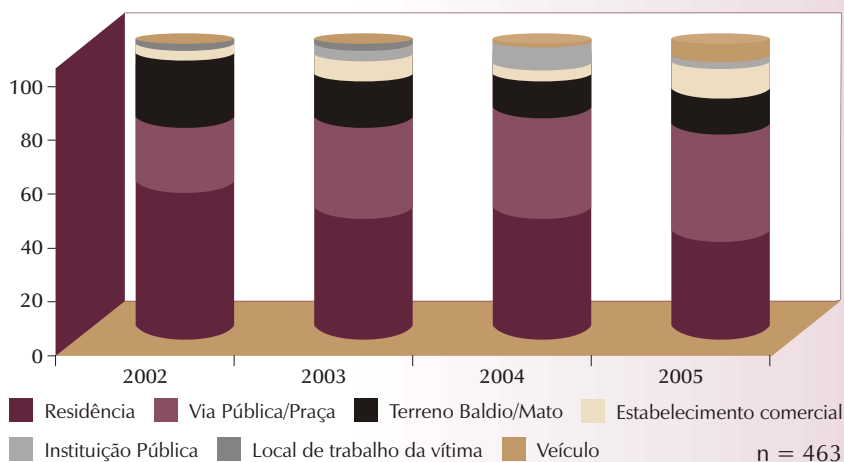


Tabela 5: Homicídios de acordo com local e horário de ocorrência, 2002-2005 (n=375)

Horário	Espaço				Total	
	Privado		Público			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Dia	45	12,00	47	12,53	92	24,53
Noite	133	35,47	150	40,00	283	75,47
Total	178	47,47	197	52,53	375	100,00

n = 375

Gráfico 3: Homicídios de acordo com forma de atuação dos agressores, 2002-2005

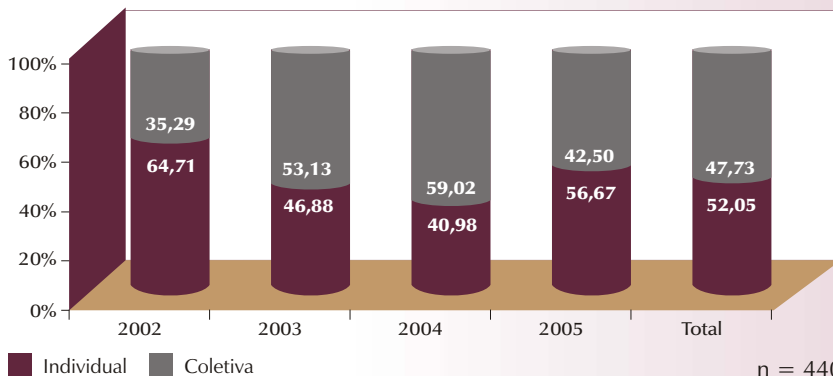


Tabela 6: Homicídios de acordo com a faixa etária da vítima, 2002-2005 (n=482)

Faixa Etária	Nº	%	% Acumulado
0 a 5 anos	23	4,77	4,77
6 a 10 anos	10	2,07	6,85
11 a 15 anos	47	9,75	16,60
16 a 20 anos	93	19,29	35,89
21 a 25 anos	85	17,63	53,53
26 a 30 anos	52	10,79	64,32
31 a 35 anos	37	7,68	71,99
36 a 40 anos	41	8,51	80,50
41 a 45 anos	31	6,43	86,93
46 a 50 anos	25	5,19	92,12
51 a 55 anos	10	2,07	94,19
56 a 60 anos	07	1,45	95,64
61 a 65 anos	08	1,66	97,30
mais de 65 anos	13	2,70	100,00
Total	482	100	

faixa etária da vítima e nela verifica-se que 16% das vítimas tinham até 15 anos e 53,53% até 25 anos, sendo a faixa de 16 a 20 anos a que concentra o maior número de casos. São as mulheres jovens, portanto, as principais vítimas de homicídios em Pernambuco.

Como se vê, portanto, são homens mais velhos que matam mulheres muito jovens. Mas, além disso, eles não agem sozinhos. Em quase metade dos casos, os agressores atuaram em grupo, como se vê no **Gráfico 3**.

Dos 210 casos com múltiplos agressores, 78 (ou 37,1%) aconteceram em Recife e, destes, 34 (43%) aconteceram em sete bairros: Ibura, Nova Descoberta, Santo Amaro, Afogados, Imbiribeira, Piedade e Pina. As armas de fogo continuam a ser o principal meio utilizado pelos agressores, respondendo por 70% de todos os casos do período. (**Gráfico 4**)

A cabeça e o rosto continuam sendo os

Gráfico 4: Homicídio de acordo com a forma da morte, 2002-2005, 2

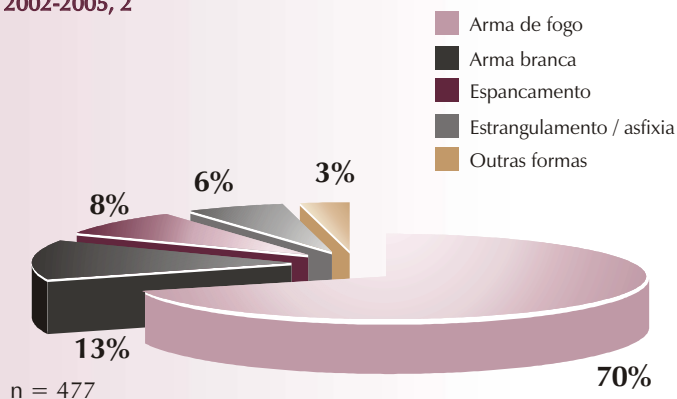


Gráfico 5: Homicídios de acordo com o principal local do ferimento, 2002-2005

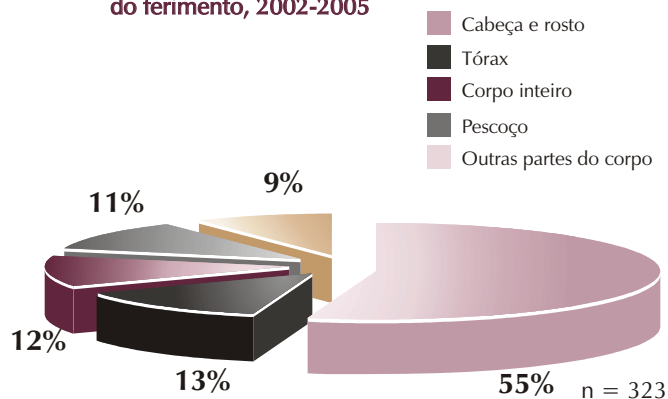
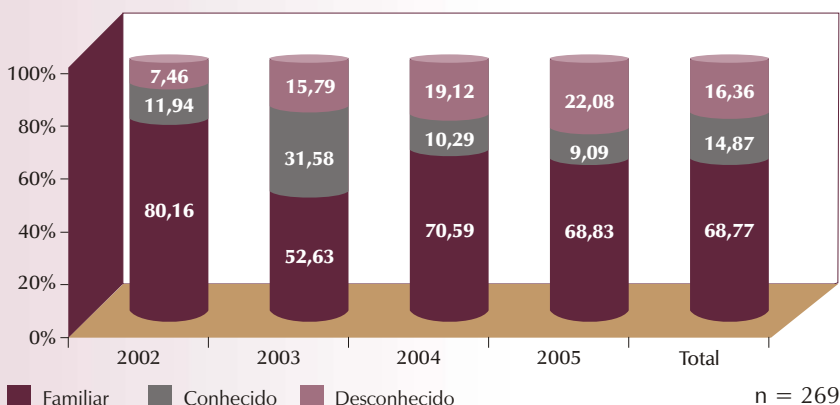


Gráfico 6: Homicídios de acordo com a relação entre vítima e agressor, 2002-2005



principais locais em que as mulheres são atingidas. (**Gráfico 5**)

Familiares e conhecidos continuam respondendo por cerca de 85% dos homicídios, mas no período observa-se o crescimento da presença de desconhecidos entre os agressores, como se vê no **Gráfico 6**. Quase 80% dos casos nos quais os agressores são desconhecidos das vítimas aconteceram na Região Metropolitana do Recife.

Entre os familiares, companheiros e ex-companheiros são os principais agressores, totalizando 67,37% deste tipo de agressor.



Rede de Serviços para Mulheres em Situação de Violência: uma aproximação crítica

A pesquisa Identificando possibilidades e limites do trabalho em rede para a redução da violência contra a mulher: estudo em três capitais brasileiras investigou, de maio a novembro de 2005, a rede de atendimento a mulheres em situação de violência em Recife, Porto Alegre e São Paulo. A pesquisa foi coordenada nacionalmente pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e pelo SOS CORPO e THEMIS, em Recife e Porto Alegre, respectivamente.

O principal objetivo foi reconhecer a trama de serviços voltados para o atendimento de adolescentes e mulheres em situação de violência em termos de sua vocação assistencial e seus fluxos e interconexões, identificando os elementos que propiciam e dificultam o seu funcionamento em rede. Foram definidas seis possibilidades de vocação assistencial: Orientação Básica, Policial, Jurídico, Saúde, Psicossocial, Abrigos (ver **Quadro 1**). As tramas das três cidades foram estudadas separadamente, e depois comparadas.

A **Tabela 1** apresenta a distribuição dos serviços nas cidades pesquisadas de acordo com a sua natureza.

Observa-se que é desproporcional a maior concentração de serviços em São Paulo e a menor existência de serviços em Recife. Não há serviços de orientação básica em Recife, o que é tanto mais grave quando sabemos que esses serviços configuram-se como “porta de entrada” na rede, sendo muito importantes como potenciais acolhedores e distribuidores da demanda. Vale destacar, no entanto, que as organizações de mulheres e o Centro de Referência terminam por prestar este atendimento na cidade e há iniciativas para que os serviços de saúde cumpram este papel. Mesmo em São Paulo e Porto Alegre, ainda são em pequeno número, atendem poucas pessoas e têm baixa institucionalização e pouco treinamento das equipes.

O que falta em Recife?

Na Região Metropolitana do Recife, existem apenas duas delegacias da mulher e duas casas abrigos, o que é claramente insuficiente para responder à demanda existente na cidade. O quadro melhora um pouco quando se trata da assistência jurídica: há oito serviços em Recife, sete oferecidos pelo governo e um por uma universidade. Esta assistência é importante nos casos de violência contra as mulheres quando há

Quadro 1

Natureza do serviço

Orientação Básica – Profissionais de diferentes formações prestam orientação às mulheres, baseada na escuta da história, no acolhimento, orientação sobre direitos e sobre a rede de serviços, além de elaboração de projetos e estratégias alternativas à situação de violência e encaminhamentos para o enfrentamento do problema.

Policial – Delegacias de Polícia com trabalho voltado para o atendimento às mulheres em situação de violência em termos de registro de queixas, investigação e cumprimento de decisões judiciais, especialmente as Delegacias de Defesa da Mulher.

Jurídica – Serviços diversos, cujas principais atividades são garantir o acesso à justiça através dos advogados.

Psicossocial – Oferecem atendimento social e/ou psicológico, visando apoio ou fortalecimento das mulheres e ampliação dos recursos pessoais e sociais/ institucionais para o enfrentamento das situações de violência.

Saúde – Possuem médicos em seu quadro e desenvolvem atividades para a assistência da mulher vítima de violência sexual: profilaxia e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, inclusive HIV/AIDS, contracepção de emergência e aborto legal.

Abrigos – Serviços voltados para abrigo de mulheres em situação de risco de morte, relacionado à violência doméstica.

Tabela 1: Distribuição dos Serviços de acordo com o Local e Vocação Assistencial

Local	Vocação Assistencial						Total	
	Orient. básica	Polic.	Juríd.	Saúde	Psicos-social	Abrig.	Nº	%
Recife	0	2	8	9	7	2	28	15,91
São Paulo	11	22	39	14	20	6	112	63,64
Porto Alegre	6	13	4	5	7	1	36	20,45
Total	17	37	51	28	34	9	176	100,00

questões de direito de família, como ações de alimentos, pátrio poder, guarda das crianças, casos cíveis ou de pensão alimentícia, investigação de paternidade, divórcio litigioso e consensual e outros; ou quando ocorrem ameaças e agressões verbais como calúnia, difamação e injúrias, ou agressões físicas, como lesões corporais, estupro e até homicídios.

Nota-se um crescimento acentuado destes serviços nos últimos 10 anos, especialmente em Recife e São Paulo. Em São Paulo, este crescimento foi devido à Faculdades de Direito privadas e em Recife, aos Núcleos de Assistência Judiciária implantados há quatro anos pela Prefeitura. Além disso, há dois serviços de orientação e assistência jurídica em Recife que oferecem também assistência psicossocial, e foram categorizados como jurídico/psicossocial (Centro de Referência Clarice Lispector e Grupo Mulher Maravilha).

O volume dos atendimentos constatado na pesquisa é muito distinto, variando entre 30 a 300 atendimentos por mês. Em Recife e Porto Alegre, a média é de 160 atendimentos, e São Paulo, apesar de 18 serviços não terem dados para responder a esta questão, temos a média de 477 atendimentos. No entanto, esses dados não especificam quantos casos referem-se aos atendimentos à mulher em situação de violência, já que a assistência jurídica não é exclusiva para estes casos e muitos serviços não a contabilizam separadamente.

Assistência Psicossocial

Os serviços de assistência psicossocial existem há mais tempo em Recife e São Paulo do que em Porto Alegre. Mas, no geral, a maior parte foi implantada nos últimos 10 anos, demonstrando o incremento neste tipo de assistência nas políticas para mulheres em situação de violência. Aqui, porém, há uma maior presença das organizações governamentais na oferta deste tipo de assistência: dos sete serviços de Recife, quatro enquadram-se nesta categoria.

Saúde

Na assistência à saúde, assim como na jurídica, é difícil a visibilidade dos casos de violência que percorrem os serviços. Foi difícil para os profissionais abordados definir e descrever o universo de atendimentos em que a violência estava presente. No caso da violência sexual, no entanto, há um conjunto de normas definidas pelo Ministério da Saúde (MS, 2002), com atividades específicas para o problema, o que facilita a delimitação dos casos, ações e profissionais envolvidos. Estudaram-se serviços dentro de instituições maiores (hospitais e alguns ambulatorios de especialidades, especialmente de DST/AIDS) com o objetivo de atender violência sexual e, em alguns casos, realizar o aborto legal.

São serviços recentes, a maioria com menos de dez anos de existência e 13 criados nos últimos cinco anos. Todos os serviços pesquisados são governamentais, vinculados a secretarias de saúde da três esferas ou a universidades públicas. Estão concentrados nas capitais: Recife conta com oito serviços; em Porto Alegre estão todos na capital; e em São Paulo, 12 na capital. Dos 28 serviços nas três capitais, em 2005, 13 realizam aborto legal e os outros prestam assistência a mulheres que sofreram violência sexual, mas não realizam aborto.

Abrigos

Os abrigos, em geral, têm limitação de tempo de permanência e desenvolvem atividades para superação da situação de risco e da situação de violência, acolhendo também as crianças das mulheres. O endereço é sigiloso e o encaminhamento é realizado através das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM's) ou Centros de Referência da Mulher. Encontramos seis abrigos em São Paulo, dois em Recife e um em Porto Alegre. Estão localizados na capital, com exceção de dois serviços paulistas, que estão na região do ABC.

Serviços exclusivos ou serviços gerais?

Nos últimos 25 anos, a trama de serviços voltados para as situações de violência

contra a mulher cresceu bastante e diversificou-se, mas em alguns casos é de difícil delimitação, incluindo serviços exclusivos para o atendimento à violência e outros que, apesar de serem específicos também para outros objetos, têm profissionais, normas e protocolos voltados à questão (exemplo dos serviços especializados em DST/AIDS e de atendimento a profissionais do sexo). Também existem os serviços que, apesar de não serem voltados para o problema, atendem a maioria de casos de violência contra a mulher (a maior parte dos serviços jurídicos). Esta trama de serviços tem aumentado às custas do aumento de serviços psicossociais e de saúde.

Há uma tensão permanente na rede entre o que são os serviços específicos para a violência e qual o trabalho a ser feito pela rede geral. A criação de serviços exclusivos desobrigaria os serviços gerais de atender a questão? Qual o papel da rede geral e qual a dos serviços específicos? E como articular a rede geral – saúde, polícia, justiça, escolas, serviços social – com a rede específica, já que esta rede mais geral tem a responsabilidade de identificação e referenciamento dos casos para a rede específica? E, ainda, como articular a rede específica entre si – portas de entrada, conhecimento mútuo, articulação de ações e interação dos agentes?

A fragmentação é grande: parece haver conexão entre serviços policiais e jurídicos de um lado e saúde e psicossociais de outro. Os serviços psicossociais parecem ser os mais conectados a todos os setores, ocupando o “centro” de uma rede incipiente. No entanto, o precário conhecimento mútuo, encadeamento de ações assistenciais e interação dos agentes, dificultam projetos assistenciais comuns e conferem ao conjunto o caráter de trama, e não de rede de serviços. Os serviços de saúde e jurídicos são o de menor especificidade e os que menos se articulam com os demais: recebem e encaminham para o próprio setor, principalmente. É, ao que parece, onde a rede precisa ser mais fortalecida.

Políticas de governo ou políticas de Estado?

Os serviços governamentais parecem refletir políticas de governo e não de Estado: serviços são insuflados ou desmontados ao sabor das eleições, o que causa grande instabilidade a uma potencial rede em formação. Há grande rotatividade de profissionais, prejudicando políticas de



treinamento e sustentação em longo prazo. Já os serviços não governamentais têm, via de regra, baixa capacidade de atendimento à demanda, objetivando configurar-se mais como modelos de políticas a serem adotadas pelo Estado.

O registro da população atendida é precário em uma parte considerável das instituições governamentais, apontando para a urgência de monitoramento e avaliação.

A visibilidade do problema da violência contra mulheres e adolescentes e o estímulo ao fortalecimento, cidadania e garantia de direitos das mulheres, vêm se disseminando na trama através de profissionais de saberes diferentes, estabelecidos em organizações governamentais e não governamentais. A construção de ações conjuntas e de um projeto assistencial comum, se ainda necessita muito empenho do poder público, estabilidade das políticas, supervisão e apoio para ser construído, já possui muitos elementos que autorizam vislumbrar sua possibilidade. A trama, através destas ações, pode, aos poucos, transformar-se em rede e assim aumentar, em muito, a sua capacidade de enfrentar a violência contra as mulheres.

Parece ser necessário uma decisão do poder público em fomentar e garantir a sustentabilidade desta rede intersetorial, com ações permanentes de treinamento, supervisão e avaliação, que não desmoronem e mudem tão frequentemente com as trocas de governantes estaduais, municipais e federais. Desta forma poderia haver uma articulação mais coesa de maior sustentabilidade ao longo dos anos, garantindo o sucesso das políticas públicas dirigidas ao problema.

FONTE:

SCHRAIBER, Lília Blima e D'OLIVEIRA, Ana Flávia Lucas et al. *Identificando possibilidades e limites do trabalho em rede para a redução da violência contra a mulher: estudo em três capitais brasileiras. Relatório Final*. Brasília: Ministério da Justiça/SENASP, 2006.

Para ver o relatório completo da pesquisa, consulte o site da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP

(http://www.mj.gov.br/senasp/pesquisas_aplicadas/anpocs/ident_possi_limit_lilia.htm)

Informações para Mobilização:

- As Vigílias pelo fim da violência contra a mulher continuam sendo realizadas pelo movimento de mulheres, como forma de denúncia e mobilização pelo enfrentamento da violência em nosso Estado. As Vigílias acontecem mensalmente, na última terça-feira de cada mês, no centro da Cidade do Recife, com concentração na Praça do Diário, às 16h.
- A prevenção e o combate à violência contra as mulheres necessitam de políticas públicas intersetoriais, que sejam sustentadas a longo prazo. Neste ano, teremos a II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, em agosto, e até dezembro, acontecerão as conferências das Cidades e de Saúde, espaços importantes para a aprovação de propostas de políticas.
- Outro desafio, para a sociedade civil, é o monitoramento do Plano Estadual de Segurança Pública, lançado no último dia 8 de maio, pelo Governo do Estado. Elaborado com a participação da sociedade civil, o Plano reúne um conjunto de iniciativas de enfrentamento da violência e deve ser implementado numa parceria entre todas as secretarias de Estado. Entre as medidas previstas, está a capacitação de policiais e a construção de novas delegacias da mulher. O Plano prevê ainda a realização da I Conferência Estadual de Segurança Pública, em 2008. Uma vitória dos movimentos sociais, que defendem o controle social sobre essas políticas.
- O Encontro Nacional de Direitos Humanos de 2007 terá como tema central a Segurança Pública e o Acesso à Justiça. O Encontro será realizado entre os dias 17 e 19 de setembro próximo, na Câmara dos Deputados, em Brasília. Será um espaço importante de defesa das propostas de enfrentamento da violência contra as mulheres.
- O Fórum de Mulheres de Pernambuco está mobilizado para estes processos. Informações pelo e-mail: forumdemulherespe@yahoo.com.br.

Apoio:



Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres



Realização:



SOS CORPO

Instituto Feminista para a Democracia

Rua Real da Torre, 593 Madalena 50610-000 Recife PE
Tel. (81) 3087.2086 Fax (81) 3445.1905
sos@soscorpo.org.br | www.soscorpo.org.br

Dados e Análises SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia | Ano III Nº5 Mai 2007

Informativo do Programa Direito à Vida sem Violência

Jornalista Responsável: Paula de Andrade – DRT PE - 2.214 | **Pesquisa, análise de dados, redação:** Ana Paula Portella, Verônica Ferreira, Fernanda Meira, Paula de Andrade | **Coordenação de produção:** Paula de Andrade | **Produção executiva:** Fátima Ferreira | **Foto:** Revista *Economie et Culture – Revue D'échanges Francobréziliens*, Julho/Août 1994, *Aphrodite, lième Siècle avant J.C.* | **Projeto Gráfico:** Print Design [81] 3222.3460 | **Designers Responsáveis:** Andréa Camargo, Cristiana Pimenta, Daniela Borel | **Fotolito e Impressão:** Provisual | **Tiragem:** 2.000 exemplares.